



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 001/2026
PROCESSO n. 008/2026**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA MS

OBJETO: Aquisição de Projetores para atender de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino de Bela Vista, conforme Termo de Convênio n. 000568 (Processo n. 29/042.143/2024), firmado com a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e o município de Bela Vista/MS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 62.640,00 (sessenta e dois mil seiscentos e quarenta reais).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: 24/02/2026 às 08:30 horas (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP: Não

PLATAFORMA: www.licitanet.com.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2026
(Processo Licitatório nº. 008/2026)**

Torna-se público que o município de Bela Vista, por meio da Superintendência de Licitação, sediado na Rua Santo Afonso, n. 660, Centro, Bela Vista/MS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data: 24/02//2026 - Horário: 08h30 Horário de Brasília

Local: Plataforma LICITANET www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é: **Aquisição de Projetores para atender de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino de Bela Vista, conforme Termo de Convênio n. 000568 (Processo n. 29/042.143/2024), firmado com a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e o município de Bela Vista/MS.**

1.2 A licitação é formada por um item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Secretaria Municipal de Educação

Ficha 272. 020701.12.361.0108.1005.0000.449052.99 Fonte: 500

Ficha 276. 020701.12.361.0108.1005.0000.449052.99 Fonte: 571

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema LICITANET - www.licitanet.com.br

- a) **Contato:** (34) 2512-6500 (opção 2) e-mail: fornecedor@licitanet.com.br
(Fornecedores).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 Não poderão disputar esta licitação:

3.4.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- 3.4.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.4.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 3.4.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.4.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.4.12 Empresas jurídicas reunidas em consórcio.
- 3.5 O impedimento de que trata o item acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.8 O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.10 A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em **campo próprio do sistema**, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

4.5.1 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo (**sendo esta responsabilidade única do licitante**) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

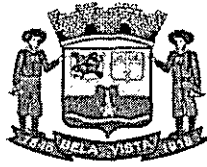
4.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.12 O valor final mínimo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 *Valor* unitário do item, com até duas casas decimais.

5.1.2 Marca;

5.1.3 O Licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.4.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

- 6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1,00% (um por cento)**.
- 6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado - **ABERTO**.
- 6.11 No modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.15 O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.15.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.15.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.15.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.15.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.16 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.16.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- 6.16.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.16.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
 - 6.16.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.16.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.16.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.16.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 6.16.2.2 Empresas brasileiras;
 - 6.16.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 6.16.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.17 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.17.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - 6.17.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - 6.17.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
 - 6.17.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **acompanhada do Catálogo do produto**, conforme item 8.17 do Termo de Referência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

6.17.5 É facultado ao pregoeiro, prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. A prorrogação, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - De ofício, a critério do pregoeiro, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

6.18 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3 Podendo ainda ser a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> em referência aos itens 7.1.1 e 7.1.2

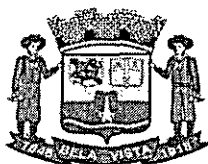
7.1.4 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.1.5 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.3 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.3.1 Contiver vícios insanáveis;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

7.3.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência;

7.3.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.3.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;

7.3.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.4 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.4.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.4.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.4.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no **Termo de Referência**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados em formado digital, e será solicitado do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, e deverá ser enviado no prazo de 02h (duas horas) após a convocação, o descumprimento implicará a inabilitação do fornecedor.

8.2.1 É facultado ao pregoeiro, prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo. A prorrogação, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - De ofício, a critério do pregoeiro, quando o substituir, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o caput.

8.3 Será verificado no sistema se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.4 Será verificado se o licitante declarou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5 Habilitação jurídica:

8.5.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

8.5.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.5.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.6 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.6.2 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.6.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6.5 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.6.7 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7 Qualificação econômico-financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

8.8 Declaração:

- a) Declaração (Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, (§2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021) modelo Anexo IV.

8.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.8 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.8.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.8.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.10 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.11 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

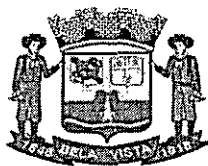
9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.belavista.ms.gov.br ou por solicitação no e-mail: licitacao@belavista.ms.gov.br

10 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

10.1.3.1 **Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;**

10.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 Fraudar a licitação

10.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 Advertência;

10.2.2 Multa;

10.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 As peculiaridades do caso concreto

10.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 Os danos que dela provierem para a administração pública

10.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

11.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do site www.licitanet.com.br, pelo e-mail licitacao@belavista.ms.gov.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Santo Afonso, n. 660. Centro, Bela Vista/MS.

11.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.

12.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

12.9 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, na Plataforma LICITANET www.licitanet.com.br no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.belavista.com.br

12.10 Todos os Decretos de regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 estão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.belavista.ms.gov.br/nova-lei-de-licitacoes-nll>

12.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3 ANEXO.III – Modelo Proposta de Preços.

12.11.4 ANEXO IV - Declaração (Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, (§2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

Bela Vista/MS, 03 de fevereiro de 2026.

GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA
BOCCIA:04548969136

Assinado de forma digital por GERARDO
GABRIEL NUNES BOCCIA:04548969136
Dados: 2026.02.03 10:46:26 -04'00'

GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA
PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Aquisição de projetores, conforme convênio estadual n.º 000568/2024, visando o atendimento de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino de Bela Vista.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR-UNID.	VALOR TOTAL
01.	PROJETOR: contendo 3.400 lumens, xga, hdmi. Bivolt, Branco. Tecnologia: 3LCD, Resolução: XGA nativa e performance 4:3:1. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 Projetor; 1 Cabo de Energia; 1 Cabo HDMI (1,8 m); 1 Controle Remoto do Projetor; 2 Pilhas; 1 CD, com Softwares; 1 Folha de Instalação Rápida.	UNID.	18	R\$ 3.480,00	R\$ 62.640,00

1.2 O objeto desta contratação é caracterizado como comum, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e necessidade encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

[Handwritten signatures]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme justificativa anexa ao ETP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os requisitos da contratação estão integralmente contemplados na descrição das especificações do objeto, conforme detalhado no item 3 do Estudo Técnico Preliminar, incluindo características técnicas, quantidade, garantia e demais exigências.

4.2. Subcontratação

4.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando que a aquisição refere-se a bens permanentes, cujo fornecimento deve ser integralmente realizado pela contratada.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. Nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública pode exigir garantia contratual para assegurar o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo contratado.

4.3.2. Considerando que a presente contratação refere-se ao fornecimento de bens permanentes, e que todos os equipamentos já possuem garantia mínima de 12 (doze) meses fornecida pelo fabricante, não será exigida garantia contratual adicional.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias corridos**, contados do(a) contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Barão do Ladário, nº 1117, Centro Bela Vista/MS, CEP 79260-000, no horário das 08:00h às 10:00h e das 13:00h às 16:00h, podendo ser ajustado mediante acordo prévio entre as partes.

5.3 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos

[Handwritten signatures]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

no prazo de 15 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do bem e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.5. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.5.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.5.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

Handwritten signature and date: 10/10/2020



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

6.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.5.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.6. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.10. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no 15 (quinze) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período:

7.6.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.10. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.15. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

[Assinatura]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada, unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação econômico-financeira

8.16. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Da proposta final

8.17. Apresentação de catálogo técnico, prospecto, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou pelo fornecedor autorizado, contendo informações detalhadas do equipamento ofertado, junto a proposta final do vencedor.

9- ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo total da contratação é de R\$ 62.640,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais).

10- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Projeto/Atividade: 1005

Fonte de recurso: 1.571.0000 - Elemento de despesa: 449052 - Ficha: 276

Fonte de recurso: 1.500.1001 - Elemento de despesa: 449052 - Ficha: 272

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Flavio Lencini



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

Bela Vista, 26 de janeiro de 2026.


MARILI DIANA DINIZ

Matrícula 1865
Secretaria Municipal de Educação


JUCELIA DE SOUZA DOS SANTOS

Matrícula 6318
Secretaria Municipal de Educação


LUCELIA BAZANO

Matrícula 2407
Secretaria Municipal de Educação

Aprovado por:


SHEYLA DE SOUZA CORDEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO III

TERMO DE CONVÊNIO



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

CONVÊNIO N.º 000568

PROCESSO N. 29/042.143/2024

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE
EDUCAÇÃO – SED/MS E O MUNICÍPIO DE
BELA VISTA.**

O **ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Parque dos Poderes, Bloco II, em Campo Grande - MS, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SED/MS**, com sede no Parque dos Poderes, Bloco V, em Campo Grande - MS, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.585.924/0001-22, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pelo(a) Secretário de Estado de Educação **HELIO QUEIROZ DAHER**, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade R.G. n. 856.509, expedida pela SEJUSP/MS, inscrito(a) no CPF/MF sob o n. 834.685.281-91, residente e domiciliado(a) na Rua Rio Negro, 1188 - Vila Margarida, Campo Grande/MS, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE BELA VISTA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA SANTO AFONSO, 660, CNPJ/MF sob o n.º 03.217.916/0001-96, doravante denominado **CONVENIENTE**, neste ato representado pelo(a) Prefeito(a) **REINALDO MIRANDA BENITES**, portador(a) da Carteira de Identidade R.G. n.º 000.414.845, expedida pela SSP/MS, CPF/MF sob o n.º 489.666.491-49, residente e domiciliado(a) na RUA Antônio João, 00295, centro, resolvem, mediante a autorização exarada no mesmo, celebrar o presente **CONVÊNIO**, que será regido pelas disposições contidas no Decreto Estadual n. 11.261, de 16 de junho de 2003, Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Federal n. 14.133 de 1 de abril de 2021 e suas alterações, no que couber, na Resolução SEFAZ n. 2.093, de 24 de outubro de 2007, Lei de Orçamento do corrente exercício e mediante as condições estipuladas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente **CONVÊNIO** destinar recursos financeiros para Aquisição de projetores para atender de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino de Bela



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Vista., de acordo com o Plano de Trabalho aprovado previamente (anexos I a VI), os quais integram este instrumento independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I – São obrigações da CONCEDENTE:

- a) examinar e aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique na alteração do objeto do **convênio**, quando solicitado;
- b) promover o repasse dos recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso e com o disposto na **cláusula sexta** deste instrumento;
- c) emitir o termo de aceitação definitiva da obra, se couber;
- d) acompanhar e supervisionar a execução do objeto, efetuando vistorias "*in loco*", diretamente ou através de terceiros expressamente autorizados, quando a atividade prevista assim exigir; e
- e) exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do **convênio**.

II – São obrigações do CONVENIENTE:

- a) executar as atividades pactuadas na **cláusula primeira**, de conformidade com o Plano de Trabalho, e normas legais e técnicas;
- b) propiciar aos agentes credenciados pela **CONCEDENTE** todos os meios e as condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução do **convênio**, inclusive a possibilidade de vistorias "*in loco*";
- c) aplicar e gerir os recursos repassados por força deste **convênio** exclusivamente no cumprimento do seu objeto;
- d) arcar com pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros a cargo da **CONCEDENTE**, discriminados na **cláusula quinta**;
- e) apresentar relatório de execução físico-financeira e prestação de contas dos recursos recebidos conforme disposto no Decreto Estadual n. 11.261, de 16 de junho de 2003, ou sempre que solicitar a **CONCEDENTE**;
- f) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução do **convênio**, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- g) responder por todos os tributos, contribuições, sanções e outros encargos decorrentes da execução deste **convênio**, inclusive os de natureza trabalhista, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, que não serão ressarcidos pela **CONCEDENTE** em qualquer hipótese;



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

- h) adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução deste convênio; e
- l) observar, nas aquisições e contratações, os procedimentos licitatórios vigentes, inclusive para dispensa ou inexigibilidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Na execução do presente Termo, os PARCEIROS poderão compartilhar dados pessoais de terceiros contidos em suas bases ("Dados Pessoais"). Caso tal compartilhamento ocorra, os PARCEIROS se comprometem, durante toda a vigência deste Convênio, e enquanto mantiverem acesso aos Dados Pessoais, a proceder em inteira conformidade com o disposto na Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD") e não transferir a terceiros em hipótese alguma o banco de dados.

CLÁUSULA QUARTA – DA REFORMULAÇÃO

Qualquer proposta de reformulação, desde que não implique em alteração do objeto do convênio, deve ser aprovada pelos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- a) A **CONCEDENTE** repassará diretamente ao **CONVENIENTE**, para o fim único de atingir o objeto especificado no Plano de Trabalho, o total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser liberado em 1 (uma) parcela(s), de acordo com o Plano de Trabalho - Cronograma de Desembolso Financeiro;
- b) As despesas para o presente exercício correrão à conta da dotação orçamentária consignada no Localizador: Emendas Parlamentares na Funcional Programática n.º 10.29101.12.362.2202.6020.0016, fonte de recursos 0150010011, sendo:
Capital: R\$ 50.000,00 - Natureza da Despesa 44404101, item 44101, Nota de Empenho n. 2024NE005633 de 29/05/2024.
- c) O recurso será depositado pela **CONCEDENTE** no Banco do Brasil, Agência n.º 02674, Conta Corrente n.º 27330-9.
- d) O **CONVENIENTE** se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Convênio, a título de contrapartida, quando for o caso, recursos próprios no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA SEXTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

A transferência de recursos financeiros destinados ao cumprimento do objeto deste **convênio** obedecerá ao Plano de Trabalho previamente aprovado, tendo por base o cronograma de desembolso e o disposto neste Instrumento.

§1º – Em cumprimento ao que estabelece o **parágrafo 1º do artigo 18**, do Decreto n. 11.261/2003, os recursos recebidos serão, enquanto não utilizados, obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que 1 (um) mês.

§2º - As receitas financeiras auferidas, na forma do parágrafo anterior, serão obrigatoriamente computadas a crédito do **convênio** e aplicadas, exclusivamente, na finalidade, integrando a prestação de contas na forma da **cláusula sétima**, letra "c".

§3º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do **convênio**, os saldos financeiros remanescentes e os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à **CONCEDENTE**, no prazo de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável providenciada pela autoridade competente da **CONCEDENTE**, conforme **artigo 18, parágrafo 4º**, Decreto Estadual n. 11.261/2003.

§4º - Os recursos liberados ao **CONVENIENTE** deverão ser creditados e mantidos em **conta bancária específica**, e utilizados somente para pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho, por meio de cheque, cartão magnético, quando houver emissão de comprovante de ordem bancária, emitido a favor do credor, ou para aplicação no mercado financeiro ou devolução do saldo à **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

A prestação de contas final do total dos recursos recebidos deverá ser apresentada à **CONCEDENTE** até 30 (trinta) dias após o encerramento do **convênio** ou quando houver extinção antes do término da sua vigência, contendo os seguintes documentos:

- a) Relatório de Cumprimento do Objeto, **Anexo VIII**;
- b) Relatório de Execução Físico-Financeira, **Anexo IX**;
- c) Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa, evidenciando os recursos



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

recebidos, os rendimentos auferidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e o saldo final, **Anexo X**;

d) Relação de Pagamentos Efetuados com os recursos repassados pela **CONCEDENTE, Anexo XI**, com os respectivos comprovantes das despesas;

e) Relação dos Bens Adquiridos, Produzidos ou Construídos com os recursos recebidos, **Anexo XII**;

f) Conciliação Bancária, **Anexo XIII**;

g) Cópia do(s) contrato(s) firmado(s) com terceiros para execução do objeto deste **convênio** se houver;

h) cópia do termo de aceitação definitiva da obra, se couber;

j) extrato bancário da conta corrente e de investimento do período;

k) cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou as justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;

l) comprovante de devolução dos recursos financeiros remanescentes, quando for o caso, à conta indicada para a Concedente.

§1º - As regras de prestação de contas da aplicação dos recursos repassados por este convênio poderão ser alteradas, visto que se submetem ao disposto em Resolução do Secretário de Estado de Fazenda, conforme estabelece o artigo 27, do Decreto n. 11.261/2003.

§2º - As despesas provenientes dos recursos liberados, ou do Resultado de Aplicação Financeira, quando for o caso, serão comprovadas exclusivamente mediante apresentação das primeiras vias originais dos documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do **CONVENIENTE e devidamente identificados com o número do **convênio**.**

§3º - Não serão aceitas notas fiscais emitidas após o prazo de validade do convênio como comprovante de despesas de aquisições de mercadorias e bens, ou utilização de serviços abrangidos pela competência tributária estadual.

§4º - Após a aprovação da Prestação de Contas ou da Tomada de Contas pelo Tribunal de Contas do Estado, os documentos elencados neste artigo deverão ser mantidos em arquivo, em boa ordem, em local da **CONCEDENTE, à disposição dos**



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de cinco anos.

§5º - Os Anexos VIII, IX, X, XI, XII e XIII mencionados nesta cláusula são os exigidos no artigo 26 da Resolução SEFAZ n. 2.093/2007.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO

O **CONVENIENTE** compromete-se a restituir os valores transferidos pela **CONCEDENTE**, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com o Tesouro Estadual, a partir da data do seu recebimento, nas hipóteses de:

- I – Inexecução do objeto da avença;
- II – não apresentação da prestação de contas no prazo exigido;
- III – aplicação dos recursos em finalidade diversa; e
- IV – outra irregularidade que resulte prejuízo ao erário público estadual.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Fica assegurada à **CONCEDENTE** a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e o exercício do controle e da fiscalização sobre a execução deste **convênio**, diretamente ou através de terceiros devidamente credenciados, bem como de assumir a execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da ação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente **convênio** vigorará por a partir da data da sua assinatura, destinando-se à execução do objeto expresso no Plano de Trabalho, que integra o presente instrumento, independentemente de transcrição, podendo ser prorrogado e/ou alterado por meio do Termo Aditivo, mediante consenso dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste termo, será obrigatoriamente destacada a participação da **CONCEDENTE**, observado o disposto no § 1º do artigo 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A **CONCEDENTE** providenciará a publicação deste **convênio** na forma de extrato, observado o que dispõe o Decreto Estadual n. 11.261, de 16 de junho de 2003,



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

responsabilizando-se pela despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GLOSA DAS DESPESAS

A prática de qualquer ato ilícito pelo **CONVENIENTE** na execução do presente **convênio** resultará na glosa das despesas realizadas, sendo-lhe vedado especialmente adotar quaisquer das condutas arroladas no artigo 13 do Decreto Estadual n. 11.261, de 16 de junho de 2003.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS

Na data da extinção deste **convênio**, os bens patrimoniais remanescentes (materiais permanentes) adquiridos, produzidos ou construídos com recursos transferidos pela **CONCEDENTE**, poderão ser doados ao **CONVENIENTE**, a critério do dirigente do órgão ou do Ordenador de Despesa, mediante processo formal, quando necessário para assegurar a continuidade de programa governamental.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os demais bens produzidos ou adquiridos com recursos transferidos pela **CONCEDENTE** que não estejam vinculados à continuidade das ações assistenciais serão de propriedade desta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente **convênio** poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável.

§1º – Constituem, particularmente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações:

- I - descumprimento de quaisquer das exigências fixadas nas normas que regulam o objeto do **convênio**, especialmente quanto aos requisitos de segurança para a sua execução;
- II – cobrança dos beneficiários de qualquer valor pelos serviços realizados;
- III- utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- IV- a falta da aplicação, ou aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto no termo firmado; e
- V – falta de apresentação do Relatório de Execução Físico-Financeira e da Prestação



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**

de Contas final.

§2º - Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo em que vigorar este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os beneficiários adquiridos no mesmo período.

§3º - Quando ocorrer a desistência da execução do objeto deste termo por parte do Conveniente o mesmo deverá restituir aos cofres públicos o valor total do convênio, incluindo o valor previsto como contrapartida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste **convênio**, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, os partícipes elegem o foro de Campo Grande/MS.

E por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente Instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Campo Grande/MS, de de

HELIO QUEIROZ DAHER
Secretário de Estado de Educação
CONCEDENTE

REINALDO MIRANDA BENITES
PREFEITO Municipal de
Bela Vista /MS
CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

1) Nome:


RG n.


CPF/MF n.

2) Nome:

RG n.

CPF/MF n.

 GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL		PLANO DE TRABALHO DESCRIÇÃO DO PROJETO		Processo: 29/042143/2024 Folha: 4 ANEXO I Data: 14/05/2024 Nome: Flávio	
01 - NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE MUNICIPIO DE BELA VISTA			02 - EXERCÍCIO 2024	03 - UF MS	
04 - CNPJ 03.217.916/0001-96					
05 - BANCO 001	06 - AGÊNCIA 02674	07 - CONTA CORRENTE 27330-9	08 - PRAÇA DE PAGAMENTO Bela Vista	09 - UF MS	
10 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO 1. NORMAL 2. EMENDA		11 - NATUREZA DO PARTICIPE 1. INTERVENIENTE 2. EXECUTOR		12 - EMENDA N.º 28/2024	
2		2		13 - CNPJ DO PARTICIPE 03.217.916/0001-96	
14 - ÁREA DE ATENDIMENTO (PROGRAMA) Educação básica			15 - ORGÃO FINANCIADOR SED		
16 - AÇÃO A SER FINANCIADA Aquisição de Projetores para atender as Escola Municipais de Bela Vista					
17 - DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO Aquisição de projetores para atender de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino de Bela Vista.					
18 - JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO A aquisição de projetores atenderá toda a rede municipal de ensino, com o objetivo de aglizar e otimizar todo o serviço oferecido aos alunos e professores das Escolas de Bela Vista - MS.					
19 - AUTENTICAÇÃO Local: Bela Vista/MS Data:					
REINALDO MIRANDA BENITES NOME DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL			ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL		

 GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	CADASTRO DO CONCEDENTE, DO DIRIGENTE E ORDENADOR DE DESPESA	Processo: 29/042143/2024 Folha: 5 ANEXO II Data: 28/05/2024 Nome: Flávio
--	--	---

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO				
01 - Nº CADASTRAL DO CONVÊNIO	02 - Nº DO PROCESSO	03 - NATUREZA DO PARTICIPE CONCEDENTE	04 - EXERCÍCIO 2024	
05 - BANCO 001	06 - AGÊNCIA 02674	07 - CONTA CORRENTE 27330-9	08 - PRAÇA DE PAGAMENTO Bela Vista	09 - UF MS

II - IDENTIFICAÇÃO DO CONCEDENTE				
10 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONCEDENTE SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SED/MS			11 - CNPJ 02.585.924/0001-22	12 - UF MS
13 - ENDEREÇO COMPLETO Parque dos Poderes, Bloco V			14 - MUNICÍPIO Campo Grande	15 - CEP 79031-902
16 - CX POSTAL -----	17 - DDD/TELEFONE (067) 3318-2200	18 - FAX (067) 3318-2200	19 - E-MAIL gabinete@sed.ms.gov.br	
20 - CÓDIGO ÓRGÃO 29101	21 - CÓDIGO UNIDADE GESTORA 290101	22 - CÓDIGO GESTÃO 00001	23 - CÓDIGO UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 290101	

III - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONCEDENTE				
24 - NOME DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE HELIO QUEIROZ DAHER			25 - CPF 834.685.281-91	
26 - CARGO OU FUNÇÃO Secretário de Estado de Educação		27 - RG Nº 856509	28 - DATA EXPEDIÇÃO 19/03/1993	29 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SEJUSP/MS
30 - ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO Rua Rio Negro, 1188, Vila Margarida			31 - MUNICÍPIO Campo Grande	32 - UF MS
34 - DDD/TELEFONE (67) 3318-2210			35 - CELULAR -----	33 - CEP 79023-41
			36 - E-MAIL gabinete@sed.ms.gov.br	

IV - IDENTIFICAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONCEDENTE				
37 - NOME DO ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO/ENTIDADE HELIO QUEIROZ DAHER			38 - CPF 834.685.281-91	
39 - CARGO OU FUNÇÃO Secretário de Estado de Educação		40 - RG Nº 856509	41 - DATA EXPEDIÇÃO 19/03/1993	42 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SEJUSP/MS
43 - ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO Rua Rio Negro, 1188, Vila Margarida			44 - MUNICÍPIO Campo Grande	45 - UF MS
47 - DDD/TELEFONE (67) 3318-2210			48 - CELULAR -----	46 - CEP 79023-41
			49 - E-MAIL gabinete@sed.ms.gov.br	

50 - AUTENTICAÇÃO	
LOCAL: Campo Grande/MS	DATA: _____
HELIO QUEIROZ DAHER Secretário de Estado de Educação REPRESENTANTE LEGAL	
OBSERVAÇÃO: NA HIPÓTESE DE HAVER OUTRO PARTICIPE DEVERÁ SER PREENCHIDO OUTRO ANEXO II	

 GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	CADASTRO DO CONVENIENTE, DO DIRIGENTE E ORDENADOR DE DESPESA	Processo: 29/042143/2024 Folha: 6 Data: 14/05/2024 Nome: Flávio ANEXO II
--	---	---

I - IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO				
01 - Nº CADASTRAL DO CONVÊNIO -----		02 - Nº DO PROCESSO -----		03 - EXERCÍCIO 2024
04 - BANCO 001	05 - AGÊNCIA 02674	06 - CONTA CORRENTE 27330-9	07 - PRAÇA DE PAGAMENTO Bela Vista	08 - UF MS

II - IDENTIFICAÇÃO DO CONVENIENTE			
09 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE MUNICIPIO DE BELA VISTA		10 - CNPJ 03.217.916/0001-96	11 - UF MS
12 - ENDEREÇO COMPLETO RUA SANTO AFONSO, 660			13 - MUNICÍPIO Bela Vista
14 - CEP 79260-000			
15 - CX POSTAL 0	16 - DDD/TELEFONE (67) 34395-100_	17 - FAX (67) 3932-1072	18 - E-MAIL convenio@belavista.ms.gov.br

III - IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE			
19 - NOME DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO/ENTIDADE REINALDO MIRANDA BENITES		20 - CPF 489.666.491-49	
21 - CARGO OU FUNÇÃO PREFEITO	22 - RG Nº 000.414.845	23 - DATA EXPEDIÇÃO 01/12/1993	24 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/MS
25 - ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO RUA Antônio João, 00295, centro		26 - MUNICÍPIO Bela Vista	27 - UF MS
28 - CEP 79260-000			
29 - DDD/TELEFONE (67) 34395-100_	30 - CELULAR (67) 99352-6938	31 - E-MAIL gabinetems@gmail.com	

IV - IDENTIFICAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE			
32 - NOME DO ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO/ENTIDADE REINALDO MIRANDA BENITES		33 - CPF 489.666.491-49	
34 - CARGO OU FUNÇÃO PREFEITO	35 - RG Nº 000.414.845	36 - DATA EXPEDIÇÃO 01/12/1993	37 - ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/MS
38 - ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO RUA Antônio João, 00295, centro		39 - MUNICÍPIO Bela Vista	40 - UF MS
41 - CEP 79260-000			
42 - DDD/TELEFONE (67) 34395-100_	43 - CELULAR (67) 99352-6938	44 - E-MAIL gabinetems@gmail.com	

45 - AUTENTICAÇÃO	
LOCAL: Bela Vista/MS	
DATA:	
OBSERVAÇÃO: NA HIPÓTESE DE HAVER OUTRO PARTÍCIPE DEVERÁ SER PREENCHIDO OUTRO ANEXO	

CARIMBO E ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO
PREPONENTE LEGAL



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE APLICAÇÃO

Processo: 29/042143/2024
Folha: 7
ANEXO IV 05/2024
Nome: Flávia

01 - NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE		02 - Nº DO CONVÊNIO		03 - Nº DO PROCESSO		04 - EXERCÍCIO	
MUNICÍPIO DE BELA VISTA		-----		null		2024	
		05 - CNPJ				06 - UF	
		03.217.916/0001-96				MS	

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO				10 - INDICADOR FÍSICO			11 - PREVISÃO DE EXECUÇÃO	
07 - META	08 - ETAPA/FASE	09 - ESPECIFICAÇÃO		UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE		INÍCIO	TÉRMINO
	maio/2024 a abril/2026	- Aquisição de Projetores powerlite, e-20, 3.400 lumens, xga, hdmi		Alunos	3.027		maio/2024	abril/2026

PLANO DE APLICAÇÃO		12 - NATUREZA DE DESPESA	13 - ESPECIFICAÇÃO	14 - CONCEDENTE	15 - PROPONENTE	16 - SUBTOTAL POR NATUREZA DE GASTO (EM R\$ 1,00)
			CORRENTE			
			CAPITAL			
44404101		SUBTOTAL P/ CATEGORIA ECONÔMICA		R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
		- Aquisição de Projetores powerlite, e-20, 3.400 lumens, xga, hdmi		R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 55.000,00
		SUBTOTAL P/ CATEGORIA ECONÔMICA		R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 55.000,00
		TOTAL GERAL		R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 55.000,00

17 - Autenticação

Local: Bela Vista/MS

Data:

REINALDO MIRANDA BENITES

NOME DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PLANO DE TRABALHO
CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Processo: 29/042.143/2024
Folha: 6
ANEXO Nº 05/2024
Nome: Flávio

01 - NOME DO ORGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE MUNICÍPIO DE BELA VISTA	02 - AÇÃO Aquisição de Projetores para atender as Escolas Municipais de Bela Vista	03 - Nº PROCESSO -----
--	---	---------------------------

CONCEDENTE (EM R\$ 1,00)	04 - ANO 2024	05 - META Capital	06 - MESES											
			JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
							50.000,00							

07 - TOTAL ACUMULADO DOS RECURSOS DO CONCEDENTE (EM R\$ 1,00) R\$ 50.000,00

08 - ANO	09 - META	10 - MESES										DEZEMBRO	
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO		NOVEMBRO
2024	Capital					5.000,00							
PROPONENTE (EM R\$ 1,00)													

11 - TOTAL ACUMULADO DOS RECURSOS DO PROPONENTE (EM R\$ 1,00) R\$ 5.000,00

12 - TOTAL GERAL DOS RECURSOS R\$ 55.000,00

13 - AUTENTICAÇÃO

Local: Bela Vista/MS

Data:

REINALDO MIRANDA BENITES

NOME DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL

ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL

 GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	PLANO DE TRABALHO PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	Processo: 29/042143/2024 Folha: 9 Data: 14/05/2024 Nome: Flávio ANEXO VI		
01 - NOME DO ÓRGÃO OU ENTIDADE CONVENIENTE MUNICIPIO DE BELA VISTA		02 - PROCESSO -----		
03 - IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO MUNICIPIO DE BELA VISTA				
04 - RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES				
ITEM	NOME E ESPECIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Aquisição de Projetores powerlite, e-20, 3.400 lumens, xga, hdmi			
1.1	Subação 1 Aquisição de Projetores Aquisição de Projetores powerlite, e-20, 3.400 lumens, xga, hdmi, USB.	11	R\$ 5.000,00	R\$ 55.000,00
TOTAL				R\$ 55.000,00
05 - MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS				

6 - Autenticação	
Local: Bela Vista/MS	
Data:	
REINALDO MIRANDA BENITES	
NOME DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL	ASSINATURA DO DIRIGENTE OU DO RESPONSÁVEL LEGAL



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO

Análise e viabilidade técnica para a aquisição de projetores, conforme convênio estadual n.º 000568/2024, visando o atendimento de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino de Bela Vista.

LEGISLAÇÃO

Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores;





Lei Complementar nº 123/2006 e alterações;

Resolução TCE/MS nº 88/2018 e alterações posteriores.

I – Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

A presente contratação decorre da necessidade de fortalecer e qualificar as práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades da rede municipal de ensino de Bela Vista – MS, especialmente no que se refere à utilização de recursos tecnológicos como instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem. Atualmente, verifica-se que parte das unidades escolares apresenta limitações quanto à disponibilidade e à adequação de equipamentos audiovisuais, o que compromete a aplicação de metodologias pedagógicas contemporâneas e o pleno aproveitamento de conteúdos didáticos digitais.

O problema identificado consiste na insuficiência de recursos tecnológicos compatíveis com as exigências educacionais atuais, em especial projetores multimídia;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

indispensáveis para a apresentação de conteúdos visuais, vídeos educativos, materiais interativos e demais recursos pedagógicos que favorecem a aprendizagem significativa. A ausência ou defasagem desses equipamentos restringe a inovação pedagógica, dificulta a diversificação das estratégias de ensino e limita o alcance das diretrizes educacionais que incentivam o uso de tecnologias no ambiente escolar.

Nesse contexto, a análise e a viabilidade técnica para a aquisição de projetores mostram-se necessárias para assegurar condições adequadas de trabalho aos profissionais da educação e garantir às crianças matriculadas na rede municipal de ensino acesso equitativo a ferramentas pedagógicas modernas. A contratação visa solucionar a carência identificada, promovendo a modernização da infraestrutura educacional e contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado pelo Município.

Ressalta-se que a demanda está vinculada ao Convênio Estadual nº 000568/2024 bem como a necessidade de atender todas as escolas do município de Bela Vista -MS, cujo objetivo é o fortalecimento das políticas públicas educacionais por meio da modernização dos ambientes escolares. A efetivação da contratação permitirá a correta aplicação dos recursos vinculados ao referido convênio, atendendo à finalidade pública estabelecida e assegurando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município.

Dessa forma, a necessidade da contratação se justifica pelo interesse público de promover uma educação mais inclusiva, dinâmica e alinhada às práticas pedagógicas atuais, buscando-se, com a contratação, ampliar as possibilidades de aprendizagem, melhorar o desempenho escolar e proporcionar um ambiente educacional mais eficiente e adequado às demandas da comunidade escolar.

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

Luciana



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

O Plano foi Publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

- I) ID PCA no PNCP: 03217916000196-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/07/2025
- III) Id do item no PCA: 340
- IV) Classe/Grupo: 6730

III - Requisitos da contratação.

A solução a ser contratada deverá atender integralmente às necessidades pedagógicas da rede municipal de ensino de Bela Vista – MS, observando critérios técnicos, operacionais e de qualidade que assegurem a funcionalidade, a durabilidade e a adequada utilização dos equipamentos no ambiente educacional.

Como requisitos mínimos indispensáveis, os projetores a serem adquiridos deverão apresentar especificações técnicas compatíveis com o uso pedagógico contínuo, possibilitando a projeção nítida de conteúdos visuais em salas de aula com diferentes condições de iluminação, garantindo qualidade de imagem, confiabilidade operacional e facilidade de uso por parte dos educadores.

Os equipamentos deverão possuir padrões mínimos de qualidade reconhecidos pelo mercado, com tecnologia adequada para uso educacional, compatibilidade com dispositivos e mídias comumente utilizados nas unidades escolares, bem como recursos que assegurem desempenho satisfatório durante a vida útil do bem. Deverão, ainda, atender às normas técnicas aplicáveis e às exigências de segurança elétrica, incluindo certificações e conformidades exigidas pela legislação vigente.

A contratação deverá prever, obrigatoriamente, que os projetores sejam novos, de primeiro uso, acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento, bem como de garantia do fabricante, assistência técnica autorizada em

28
[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

território nacional e manual de instruções em língua portuguesa, assegurando condições adequadas de operação e manutenção.

Além disso, os requisitos da contratação deverão contemplar a compatibilidade dos equipamentos com as diretrizes do Convênio Estadual nº 000568/2024, garantindo que as especificações técnicas estejam alinhadas à finalidade dos recursos vinculados e às políticas públicas educacionais a serem fortalecidas.

3.1. Especificação (detalhamento)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	UNIDADE	QUANTIDADE
01	PROJETOR: contendo 3.400 lumens; xga; hdmi, Bivolt, Branco. Tecnologia: 3LCD, Resolução: XGA nativa e performance 4:3:1. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 Projetor; 1 Cabo de Energia; 1 Cabo HDMI (1,8 m); 1 Controle Remoto do Projetor; 2 Pilhas; 1 CD com Softwares; 1 Folha de Instalação Rápida.	UNID	18

3.2. Exigência de apresentação de catálogo técnico do item

Como requisito indispensável à adequada avaliação das propostas, será exigida a apresentação de catálogo técnico, prospecto, ficha técnica ou documento equivalente, emitido pelo fabricante ou pelo fornecedor autorizado, contendo informações detalhadas do equipamento ofertado.

A exigência do catálogo técnico justifica-se pela necessidade de comprovação objetiva das especificações técnicas mínimas estabelecidas no processo, permitindo à Administração verificar, de forma prévia e inequívoca, a conformidade do item ofertado com os requisitos de qualidade, desempenho e funcionalidade exigidos para o atendimento da finalidade pedagógica pretendida.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]*



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

Considerando que se trata de aquisição de equipamentos tecnológicos destinados ao uso educacional contínuo, a simples descrição genérica do objeto na proposta não é suficiente para assegurar que o produto atende integralmente às características técnicas exigidas. O catálogo técnico possibilita a análise comparativa entre os itens ofertados, reduzindo o risco de aquisição de equipamentos incompatíveis, subdimensionados ou inadequados ao uso pretendido.

A apresentação do referido documento durante a fase de proposta não constitui exigência restritiva à competitividade, uma vez que se trata de prática usual de mercado, acessível a todos os fornecedores do ramo, e visa exclusivamente garantir a seleção da proposta mais vantajosa, com base em critérios técnicos verificáveis, em observância aos princípios da isonomia, da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Dessa forma, a exigência do catálogo técnico mostra-se necessária, proporcional e adequada, constituindo instrumento essencial para a correta análise técnica das propostas e para a mitigação de riscos relacionados à execução contratual.

3.3. Subcontratação

Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens.

IV - Estimativa das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

A estimativa das quantidades para a presente contratação, acompanhada das respectivas memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, foi inicialmente definida com base nos parâmetros estabelecidos no Convênio Estadual nº 000568/2024, especialmente no Plano de Trabalho aprovado, o qual integra o referido instrumento, bem

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

como em seus anexos técnicos e financeiros, que orientam a execução do objeto e a correta aplicação dos recursos vinculados.

Conforme disposto no Plano de Trabalho, a ação financiada refere-se à aquisição de projetores para atender as escolas municipais de Bela Vista, com o objetivo de qualificar o fazer pedagógico dos educadores e promover melhores condições de ensino às crianças matriculadas na rede municipal de educação. Inicialmente, restou prevista a aquisição de 11 (onze) projetores, quantitativo pactuado junto ao ente concedente no momento da formalização do convênio.

Todavia, no curso do planejamento detalhado da contratação e após levantamento técnico atualizado realizado pela Secretaria Municipal de Educação, foi identificado que o Município de Bela Vista possui 18 (dezoito) unidades escolares em efetivo funcionamento, todas demandantes do equipamento objeto da contratação, conforme relação formal encaminhada ao Setor de Planejamento, por meio da Comunicação Interna nº 022/2026/SEMED, de 21 de janeiro de 2026.

O referido levantamento evidenciou que a limitação do quantitativo inicialmente previsto no convênio não seria suficiente para garantir o atendimento equitativo e integral das unidades escolares da rede municipal, podendo comprometer a efetividade da política pública educacional pretendida e gerar tratamento desigual entre escolas, em desacordo com os princípios da isonomia, da eficiência e da universalização do acesso aos meios pedagógicos.

Dessa forma, a estimativa quantitativa foi readequada para 18 (dezoito) projetores, correspondente a 01 (um) equipamento por unidade escolar, critério técnico adotado para assegurar a plena execução do objeto e a adequada distribuição dos recursos educacionais, sem alteração da natureza do objeto pactuado no convênio, mas sim com o seu aperfeiçoamento operacional.

Ressalta-se que a ampliação do quantitativo não decorre de consumo histórico ou projeções genéricas, mas de diagnóstico técnico superveniente, devidamente documentado, que reflete a real estrutura da rede municipal de ensino. Eventuais ajustes financeiros necessários à adequação quantitativa observarão rigorosamente os limites

[Assinatura]
[Assinatura]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

orçamentários, o cronograma físico-financeiro e as regras de reformulação previstas no próprio convênio, conforme autorizado pela Cláusula Quarta do instrumento celebrado.

Registra-se, ainda, que a contratação não apresenta interdependência com outras aquisições correlatas que possibilitem economia de escala, uma vez que o quantitativo encontra-se diretamente vinculado ao atendimento específico das unidades escolares contempladas, não sendo recomendável sua agregação a outras demandas sem prejuízo ao cumprimento do objeto e às condições pactuadas com o Estado.

Dessa forma, a estimativa das quantidades mostra-se tecnicamente fundamentada, atualizada conforme a realidade da rede municipal de ensino e plenamente compatível com os documentos que lhe dão suporte, atendendo ao disposto no art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, bem como às exigências de planejamento, eficiência e controle na aplicação dos recursos públicos vinculados.

V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

O levantamento de mercado tem por finalidade analisar as alternativas disponíveis para o atendimento da necessidade identificada, avaliando soluções possíveis sob os aspectos técnico e econômico, de modo a subsidiar a escolha da solução mais adequada ao interesse público.

No caso em análise, verifica-se que não há pluralidade de soluções possíveis para o atendimento da demanda, uma vez que o objeto encontra-se expressamente definido no Convênio Estadual nº 000568/2024, o qual estabelece, de forma clara e vinculante, a aquisição de projetores como meio para alcançar os objetivos pactuados no Plano de Trabalho aprovado pelo ente concedente.

Diferentemente de situações em que é possível avaliar soluções alternativas, tais como locação, cessão, reaproveitamento de bens, desenvolvimento interno ou contratação de serviços substitutivos, o presente caso não admite tal comparação, visto que o convênio determina a aquisição de bens permanentes específicos, vinculando a Administração à

88
APROVADO, Analisado



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

forma de execução previamente aprovada, inclusive quanto à natureza da despesa, ao cronograma físico-financeiro e ao plano de aplicação dos recursos.

Ressalta-se que a aquisição dos projetores deverá ocorrer exclusivamente por meio de fornecedores do mercado, não sendo viável a obtenção dos equipamentos por outros meios, tais como transferência entre órgãos, doações ou utilização de bens já existentes, seja pela inexistência de quantitativo disponível em condições adequadas, seja pela necessidade de observância estrita às regras do convênio e à finalidade dos recursos repassados.

Dessa forma, não se mostra aplicável a comparação entre diferentes tipos de solução, uma vez que existe apenas uma alternativa viável e juridicamente admissível, qual seja, a aquisição direta dos projetores junto a fornecedores habilitados, mediante procedimento licitatório compatível com a legislação vigente. O levantamento de mercado, neste contexto, restringe-se à análise de fornecedores aptos a fornecer o objeto, não havendo margem técnica ou legal para a escolha entre soluções distintas.

Embora o presente ETP registre que não existe pluralidade de "soluções" para atendimento da demanda, visto que o Convênio Estadual nº 000568/2024 e o Plano de Trabalho aprovado vinculam a execução ao fornecimento do bem permanente "projetores", por aquisição junto a fornecedores, é plenamente possível e recomendável que o levantamento de mercado contemple contratações similares realizadas por outros órgãos, como referência de especificações usuais e validação de prática de contratação, sem caracterizar análise comparativa entre soluções distintas.

Nesse sentido, foram identificados, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), procedimentos de outros entes públicos com especificações compatíveis, evidenciando que a aquisição de projetores por fornecedores é a prática ordinária de mercado para atendimento de demandas educacionais e administrativas.

Exemplos:

1. Município de Riachão/PB.
(<https://pncp.gov.br/app/editais/01612770000158/2025/107>)
2. Município de Porangatu/GO.
(<https://pncp.gov.br/app/editais/01801612000146/2025/217>).

MAIO: *[assinatura]*



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

3. Município de Pirapó/RS.
(<https://pncp.gov.br/app/editais/91553941000108/2025/38>).

Com isso, fica demonstrado que, ainda que não caiba comparar “tipos de solução” (pois o convênio já define a aquisição do bem), é possível lastrear tecnicamente a escolha pela aquisição mediante fornecedores e fortalecer a motivação do ETP com referências externas de contratações semelhantes publicadas no PNCP.

Ainda que, o levantamento de mercado não permita a comparação entre soluções distintas, resta demonstrado que a solução adotada, aquisição de projetores junto a fornecedores habilitados, é tecnicamente adequada, economicamente racional e amplamente praticada por outros órgãos públicos, estando plenamente alinhada às diretrizes do convênio, às normas legais aplicáveis e ao interesse público.

Sendo assim, a partir da coleta e análise das informações disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, verificou-se que as contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, envolvendo a aquisição de projetores com características técnicas equivalentes às pretendidas, têm sido operacionalizadas, de forma predominante, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

A análise dos editais e processos publicados no PNCP evidencia que os projetores constituem bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, permitindo a ampla competição entre fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa com base no critério de menor preço, em conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, o levantamento de mercado conduz à conclusão de que a aquisição dos projetores por meio de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, revela-se a solução tecnicamente adequada, economicamente eficiente e alinhada às práticas adotadas por outros entes públicos, além de atender aos princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência, bem como às diretrizes estabelecidas no Convênio Estadual nº 000568/2024 e na Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

Justificativa para a não aplicação do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006

O art. 48, nos seus incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006 estabelece que, nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório exclusivo ou reservar cota de até 25% do objeto para a contratação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), sempre que a divisão do objeto se mostrar tecnicamente possível e vantajosa para a Administração.

No entanto, a própria legislação condiciona a exclusividade e a adoção de cotas reservadas à viabilidade técnica e econômica da medida, não se tratando de imposição absoluta, mas de faculdade vinculada à demonstração de que a exclusividade ou reserva de cota atende ao interesse público e não compromete a eficiência, a economicidade e a competitividade do certame.

No caso concreto, embora o objeto da licitação "*aquisição de projetores multimídia*" seja divisível e o valor estimado da contratação se enquadre, em tese, nas hipóteses de exclusividade ou de reserva de cotas para ME e EPP, o levantamento de mercado realizado não identificou microempresas ou empresas de pequeno porte, especialmente no âmbito local ou regional, capazes de atender ao objeto da contratação.

A imposição de cota reservada, nessas circunstâncias, poderia resultar em prejuízo à competitividade, aumento do risco de fracasso do certame ou contratação de fornecedor incapaz de atender plenamente às exigências técnicas e às condições de garantia e assistência técnica, o que se mostra incompatível com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

Ressalta-se, ainda, que a presente contratação encontra-se vinculada a Convênio Estadual, com objeto, quantitativo e cronograma previamente definidos, o que impõe à Administração maior rigor quanto à escolha de fornecedores capazes de cumprir integralmente as obrigações contratuais, sob pena de descumprimento das condições pactuadas com o ente concedente.

Dessa forma, diante da inexistência de ME e EPP aptas a atender o objeto, aliada à necessidade de assegurar a execução adequada, tempestiva e eficiente da contratação, justifica-se a não aplicação do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123/2006 e

88

APROV. Luciani



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

alterações, sem prejuízo da ampla competitividade do certame e da observância dos demais benefícios legais assegurados às microempresas e empresas de pequeno porte.

Conclui-se, portanto, que a decisão administrativa de não adotar a exclusividade da contratação e reserva de cota de 25% encontra-se devidamente motivada, técnica e juridicamente fundamentada, atendendo ao interesse público e às normas que regem as contratações públicas.

VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte.

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento de mercado fundamentado em contratações similares realizadas pela Administração Pública, conforme autorizado pelo art. 5º, inciso II, do Decreto Municipal nº 10.107/2023, que regulamenta o procedimento administrativo para pesquisa de preços no âmbito do Município de Bela Vista – MS.

Considerando a natureza do objeto “*aquisição de projetores multimídia para uso educacional*”, e a inexistência de soluções alternativas ao fornecimento do bem, optou-se pela utilização do parâmetro de contratações públicas similares, obtidas por meio de consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), as quais refletem preços efetivamente praticados pela Administração Pública em condições análogas de fornecimento, garantindo maior aderência à realidade de mercado e mitigação de riscos de sobrepreço.

Série de preços coletados

No levantamento realizado, foram identificadas contratações similares de projetores com especificações compatíveis às pretendidas, conforme quadro abaixo:

Órgão/entidade	Objeto	Valor unitário
Município de Riachão/PB	Projetor multimídia	R\$ 3.260,00
Município de Porangatu/GO	Projetor multimídia	R\$ 3.980,00
Município de Pirapó/RS	Projetor multimídia	R\$ 3.200,00

8

Lucas



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA**

Memória de cálculo

Aplicando-se o método estatístico da média aritmética, conforme autorizado pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 10.107/2023, tem-se:

$$R\$ 3.260 + R\$ 3.980 + R\$ 3.200 = \frac{R\$ 10.440}{3}$$

Dessa forma, o valor unitário estimado para a aquisição do projetor é de R\$ 3.480,00 (três mil, quatrocentos e oitenta reais).

Considerando o quantitativo definido, correspondente a 18 (dezoito) unidades, o valor global estimado da contratação é de: R\$ 62.640,00 (sessenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais).

Justificativa do método e do parâmetro adotado

A utilização do parâmetro “contratações similares feitas pela Administração Pública” mostra-se plenamente justificada, uma vez que:

- encontra respaldo expresso no art. 5º, inciso II, do Decreto Municipal nº 10.107/2023;
- reflete preços efetivamente praticados em contratações reais, reduzindo distorções de mercado;
- assegura maior confiabilidade ao orçamento estimado, quando comparado a preços meramente ofertados;

8

SP.RO. L. L. L.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

- atende aos princípios da economicidade, razoabilidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que o valor estimado da contratação encontra-se adequadamente fundamentado, compatível com os preços de mercado praticados pela Administração Pública e plenamente alinhado às exigências legais e regulamentares vigentes.

VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica.

A solução definida para o atendimento da necessidade identificada consiste na aquisição de projetores multimídia, por meio de procedimento licitatório na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, conforme estabelecido no Convênio Estadual nº 000568/2024, destinado ao fortalecimento da infraestrutura pedagógica das unidades da rede municipal de ensino de Bela Vista – MS.

O objeto do futuro processo licitatório abrangerá o fornecimento de projetores novos, de primeiro uso, com especificações técnicas compatíveis com o uso educacional, capazes de atender às demandas pedagógicas contemporâneas, possibilitando a projeção de conteúdos visuais, vídeos educativos e materiais digitais em salas de aula, de forma eficiente e com qualidade adequada.

O escopo da contratação compreenderá não apenas o fornecimento dos equipamentos, mas também a disponibilização de todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento dos projetores, tais como cabos, controle remoto, pilhas, manuais e demais itens originalmente fornecidos pelo fabricante, garantindo que os equipamentos estejam aptos para uso imediato após a entrega.

No que se refere às exigências relacionadas à garantia, manutenção e assistência técnica, os projetores deverão ser acompanhados de garantia mínima do fabricante, conforme práticas usuais de mercado, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento durante o período estipulado. Deverá ser assegurada, ainda, a existência de rede de



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

assistência técnica autorizada em território nacional, apta a realizar eventuais reparos, manutenções corretivas e substituições de componentes, quando necessário, sem ônus adicional à Administração dentro do prazo de garantia.

Ressalta-se que, por se tratar de aquisição de bens permanentes de natureza tecnológica, não se prevê a contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva, ficando esta restrita às orientações do fabricante e às boas práticas de uso, sem prejuízo da possibilidade de futura contratação específica, caso se verifique necessidade superveniente.

A solução adotada considera, ainda, o ciclo de vida do objeto, priorizando equipamentos com reconhecida durabilidade, eficiência operacional e suporte técnico consolidado no mercado, de modo a reduzir custos futuros com manutenção, substituição prematura ou indisponibilidade dos equipamentos.

Dessa forma, a solução como um todo revela-se tecnicamente adequada, economicamente racional e plenamente compatível com a finalidade pública pretendida, atendendo às diretrizes do Convênio Estadual nº 000568/2024, às normas aplicáveis da Lei nº 14.133/2021 e às necessidades pedagógicas da rede municipal de ensino.

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação.

A regra geral a ser observada pela Administração Pública nas contratações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto na alínea b do inciso V do art. 40 e no art. 47, §1º, ambos da Lei nº 14.133/2021, sempre que tal medida se mostrar técnica e economicamente viável, sem prejuízo da economia de escala e dos resultados pretendidos.

No presente caso, o objeto da contratação consiste na aquisição de projetores multimídia, bens de natureza divisível, padronizados e independentes entre si, não havendo interdependência técnica entre as unidades a serem fornecidas. Dessa forma, a solução admite, sob o aspecto técnico, o parcelamento do objeto, com a adoção de licitação por item, sem comprometer a funcionalidade, a qualidade ou a finalidade pública da contratação.

[Assinatura]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

A opção pelo parcelamento assegura o atendimento aos critérios legais, uma vez que:

a) mostra-se técnica e economicamente viável, pois cada projetor constitui unidade autônoma, podendo ser fornecido individualmente, sem prejuízo ao atingimento dos resultados pedagógicos pretendidos;

b) não acarreta perda de economia de escala, considerando que o mercado fornecedor de equipamentos audiovisuais é amplamente competitivo e que o quantitativo total permanece definido e consolidado no certame, não havendo fracionamento indevido ou redução artificial da demanda;

c) favorece o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores, inclusive micro e pequenas empresas, que eventualmente não teriam capacidade de atender ao fornecimento global, mas conseguem atender ao item de forma individualizada.

Ressalta-se, ainda, que o parcelamento do objeto não compromete a gestão contratual nem a execução do fornecimento, uma vez que os equipamentos possuem especificações técnicas padronizadas e critérios objetivos de aceitação, o que facilita a fiscalização, o recebimento e o controle da contratação.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento da contratação, com **LICITAÇÃO POR ITEM**, atende aos dispositivos legais aplicáveis, revela-se a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e concorrencial, e contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, isonomia e interesse público.

IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis

Com a contratação pretendida, a Administração Pública almeja alcançar resultados positivos diretos e indiretos, especialmente no que se refere à economicidade e ao uso racional dos recursos públicos, bem como ao aprimoramento do aproveitamento

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis no âmbito da rede municipal de ensino.

Sob o aspecto da economicidade, a aquisição dos projetores por meio de procedimento licitatório, precedido de adequado planejamento e pesquisa de preços fundamentada em contratações similares realizadas pela Administração Pública, permitirá a obtenção de valores compatíveis com os praticados no mercado, reduzindo riscos de sobrepreço e assegurando a aplicação eficiente dos recursos oriundos do Convênio Estadual nº 000568/2024 e da contrapartida municipal.


No que se refere ao aproveitamento dos recursos humanos, a disponibilização de equipamentos audiovisuais adequados proporcionará melhores condições de trabalho aos profissionais da educação, permitindo que educadores utilizem metodologias pedagógicas mais dinâmicas e interativas, otimizando o tempo de preparo e execução das aulas, sem a necessidade de improvisações ou uso de recursos obsoletos.

Quanto ao aproveitamento dos recursos materiais, a contratação de projetores novos, padronizados e com garantia de fábrica contribui para a racionalização do uso dos bens permanentes, reduzindo custos futuros com manutenção corretiva, substituições frequentes e indisponibilidade de equipamentos, além de facilitar a gestão patrimonial e a fiscalização do uso adequado dos bens.

Sob a perspectiva dos recursos financeiros, a solução adotada privilegia investimentos em bens duráveis, com vida útil compatível com a finalidade educacional, maximizando o retorno social do investimento público e assegurando que os recursos financeiros sejam aplicados de forma sustentável e alinhada às diretrizes do convênio e às necessidades reais da Administração.

Como resultado indireto, espera-se a melhoria da qualidade do ensino, maior engajamento dos alunos, ampliação do acesso a recursos tecnológicos e fortalecimento das políticas públicas educacionais, refletindo positivamente nos indicadores educacionais do Município.

Dessa forma, a contratação pretendida contribui para a eficiência administrativa, para o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e para o atendimento do interesse


Afonso L. de F.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

público, demonstrando-se adequada, vantajosa e coerente com os princípios que regem as contratações públicas.

X - Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

Previamente à celebração do contrato decorrente do futuro procedimento licitatório, a Administração deverá adotar providências administrativas e operacionais necessárias para assegurar a adequada execução do objeto e o regular acompanhamento da contratação.

No que se refere à adequação física, não se verifica a necessidade de obras, reformas ou adaptações estruturais nas unidades da rede municipal de ensino para o recebimento dos projetores, uma vez que os equipamentos serão utilizados em ambientes já destinados às atividades pedagógicas, os quais dispõem de infraestrutura elétrica básica compatível com a instalação e operação dos equipamentos. Eventuais ajustes pontuais, como organização de espaços ou posicionamento adequado dos equipamentos, poderão ser realizados com os recursos e meios ordinários já disponíveis na Administração, sem a necessidade de contratação adicional.

Quanto à gestão e fiscalização contratual, será necessária a designação formal de servidor(es) para atuar como gestor e fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente, com atribuições específicas relacionadas ao acompanhamento do fornecimento, verificação da conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas, análise da documentação fiscal e atesto das notas fiscais.

Considerando a natureza do objeto *"aquisição de bens permanentes com especificações técnicas definidas e fornecimento pontual"*, não se identifica a necessidade de capacitação específica ou extraordinária dos servidores designados, uma vez que as atividades de fiscalização se restringirão à conferência do objeto entregue, do cumprimento das condições contratuais e da observância das garantias ofertadas. Ainda assim, os servidores poderão se valer de orientações internas, manuais do fabricante e boas práticas administrativas para o adequado exercício de suas funções.

S

JADW. Lualis



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL MUNICÍPIO DE BELA VISTA

Adicionalmente, deverão ser adotadas as providências relacionadas à reserva orçamentária, à emissão de nota de empenho, à formalização do instrumento contratual ou documento equivalente, bem como à inserção das informações no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme exigências legais.

Dessa forma, as providências prévias à celebração do contrato mostram-se simples, plenamente executáveis com a estrutura administrativa existente e suficientes para garantir a adequada gestão e fiscalização da contratação, não representando óbice à sua efetivação.

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos apresentam similaridade ou correspondência com a contratação pretendida, enquanto as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta com a execução do objeto, demandam contratação conjunta para que a necessidade da Administração seja plenamente atendida.

No caso em análise, não se identificam contratações interdependentes que devam ser realizadas simultaneamente à presente contratação, uma vez que o objeto consiste na aquisição de projetores multimídia, bens permanentes autônomos, cujo fornecimento independe da contratação conjunta de outros bens ou serviços para sua plena utilização. Os equipamentos serão entregues prontos para uso, acompanhados dos acessórios necessários ao seu funcionamento, não exigindo a contratação de serviços adicionais de instalação, manutenção ou suporte técnico contínuo.

Quanto às contratações correlatas, registra-se que podem existir, de forma pretérita ou futura, aquisições de outros equipamentos tecnológicos ou materiais pedagógicos destinados às unidades escolares, tais como computadores, telas de projeção, sistemas de áudio ou recursos didáticos complementares. Todavia, tais contratações não se confundem com o objeto ora analisado, nem apresentam vínculo direto que justifique sua execução conjunta, tratando-se de demandas independentes, com planejamento, fontes de recursos e finalidades específicas.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

Ressalta-se que a presente contratação encontra-se vinculada a Convênio Estadual, com objeto, quantitativo e recursos previamente definidos, o que limita a possibilidade de agregação com outras contratações, ainda que de natureza similar, sob pena de descaracterização do objeto pactuado e de descumprimento das condições estabelecidas pelo ente concedente.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida não apresenta interdependência com outras contratações e que eventuais contratações correlatas serão planejadas e executadas de forma autônoma, observando-se o devido planejamento, a disponibilidade orçamentária e a oportunidade administrativa, de modo a evitar sobreposição de objetos, decisões contraditórias ou perda de economia de escala.

XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

Os impactos ambientais encontram-se em anexo a este termo.

XIII – Gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos da presente contratação foi elaborado em conformidade com o Decreto Municipal nº 10.319/2024, que dispõe sobre as práticas de gestão de riscos e controle preventivo nas contratações públicas no âmbito do Município de Bela Vista – MS, e integra o Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 169 da Lei nº 14.133/2021.

O nível de detalhamento adotado é proporcional à complexidade, relevância e valor da contratação, considerando-se as etapas de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual, conforme formulário e mapa de riscos previstos no anexo do referido decreto.

RISCO 1	<i>Definição inadequada das especificações técnicas do objeto</i>
ETAPA	(x) Planejamento () Seleção do fornecedor () Execução do Contrato

10/10, Lúcio



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

Probabilidade	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo (x) médio () alto () muito alto
Medida (s)	Definição clara e objetiva das especificações técnicas mínimas no ETP e no Termo de Referência; Exigência de catálogo técnico do item na fase de proposta; Revisão técnica prévia pela área requisitante.
Responsável	Secretaria Municipal de Educação
<u>RISCO 2</u>	<u>Entrega de equipamentos em desconformidade com o contratado</u>
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (x) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo (x) baixo () médio () alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo () médio (x) alto () muito alto
Medida (s)	Conferência técnica dos equipamentos no recebimento provisório e definitivo; Verificação de marca, modelo, especificações e acessórios; Recusa do recebimento e aplicação das medidas contratuais cabíveis, se necessário.
Responsável	Gestor e Fiscal do Contrato.
<u>RISCO 3</u>	<u>Atraso na entrega dos equipamentos</u>
ETAPA	() Planejamento () Seleção do fornecedor (x) Execução do Contrato
Probabilidade	() Muito baixo () baixo (x) médio

[Handwritten signature]
APRO. Lualo



**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA**

	() alto () muito alto
Impacto	() Muito baixo () baixo () médio (x) alto () muito alto
Medida (s)	Estabelecimento de prazo de entrega claro e compatível no contrato; Previsão de sanções administrativas em caso de descumprimento; Acompanhamento sistemático da execução contratual pelo fiscal designado.
Responsável	Gestor e Fiscal do Contrato.

MAPA DE RISCO

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO					
	ALTO		2	3		
	MÉDIO			1		
	BAIXO					
	MUITO BAIXO					

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo.

XIV - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

14/10/2010



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação pretendida é adequada, necessária e plenamente viável para o atendimento da necessidade identificada no âmbito da rede municipal de ensino de Bela Vista – MS.


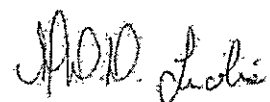

O objeto definido — aquisição de projetores multimídia — encontra-se devidamente justificado sob a perspectiva do interesse público, com escopo claro, requisitos técnicos compatíveis com a finalidade pedagógica, quantitativos fundamentados em Plano de Trabalho aprovado e estimativa de valor elaborada de forma criteriosa, em conformidade com a legislação vigente e com o Decreto Municipal que regulamenta a pesquisa de preços.

O levantamento de mercado demonstrou que a solução eleita é a única juridicamente admissível e tecnicamente adequada, considerando a vinculação ao Convênio Estadual nº 000568/2024, bem como evidenciou que a forma de contratação adotada é compatível com as práticas consolidadas da Administração Pública, permitindo a seleção da proposta mais vantajosa.

Ademais, foram avaliados os riscos inerentes à contratação, com a identificação de medidas mitigadoras suficientes para reduzir a probabilidade e o impacto de eventuais ocorrências que possam comprometer o sucesso da execução contratual, o que reforça a segurança e a confiabilidade do processo.

Dessa forma, restam atendidos os pressupostos legais, técnicos, econômicos e administrativos exigidos para a contratação, razão pela qual declara-se, de forma expressa, que a contratação é adequada e viável, estando apta a prosseguir para as etapas subsequentes do processo licitatório, com vistas ao atendimento eficaz da necessidade pública a que se destina.

Bela Vista – MS, 22 de janeiro de 2026




ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA

O presente estudo técnico preliminar e gerenciamento de risco foram elaborados pela seguinte equipe de planejamento da contratação:


MARILI DIANA DINIZ

Matrícula 1865
Secretaria Municipal de Educação


JUCELIA DE SOUZA DOS SANTOS

Matrícula 6318
Secretaria Municipal de Educação


LUCELIA BAZANO

Matrícula 2407
Secretaria Municipal de Educação

Aprovado por:


SHEYLA DE SOUZA CORDEIRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANEXO I

EQUIPE DE PLANEJAMENTO



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA
Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 032/2026 – EXECUTIVO MUNICIPAL

"Nomeia Equipe de Planejamento
de Contratação Pública do
Município de Bela Vista – MS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear equipe de planejamento da contratação pública, com as competências necessárias à completa execução das etapas de planejamento, o qual inclui conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

Art. 2º - A equipe mencionada no art. 1º, deverá elaborar o planejamento do seguinte objeto: Análise e viabilidade técnica para a aquisição de projetores, conforme convênio estadual nº 000568/2024, visando o atendimento de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na rede municipal de ensino de Bela Vista.

Rua Santo Afonso, 660 – Centro
CEP: 79260-000 – Bela Vista – MS
E-mail: gabinete@belavista.ms.gov.br

BELA
VISTA

Diário Oficial

Lei Municipal 1.451/2011, de 23 de Setembro de 2011

Diário Oficial do Município de Bela Vista / MS

<https://www.belavista.ms.gov.br/diario-oficial/130686/23> - Segunda-feira, 19 de Janeiro de 2026 - Edição 2839



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA
Gabinete do Prefeito

Art. 3º - Deverá ser apresentado, ao final dos trabalhos, o Estudo Técnico Preliminar e Gerenciamento de Risco e o Termo de Referência ou Projeto Básico.

Art. 4º - Constituirão a Equipe de Planejamento da contratação pública, cujo objeto está descrito no art. 2º, os servidores abaixo nominados

Servidor	Matrícula	Secretaria
Marili Diana Diniz	1865	Secretaria Municipal de Educação
Jucelia de Souza dos Santos	6318	Secretaria Municipal de Educação
Lucelia Bazzano	2407	Secretaria Municipal de Educação

Art. 5º - Os integrantes da equipe de Planejamento da Contratação devem ter ciência expressa desta indicação.

Art. 6º - A equipe deverá atuar de acordo com o Decreto Municipal nº 10.133/2023.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista, 19 de janeiro de 2026.

Gerardo Gabriel Nunes Boccia
Prefeito Municipal

Rua Santo Afonso, 660 – Centro
CEP: 79260-000 – Bela Vista – MS
E-mail: gabinete@belavista.ms.gov.br

**BELA
VISTA**

Diário Oficial

Lei Municipal 1.451/2011, de 23 de Setembro de 2011

Diário Oficial do Município de Bela Vista / MS

<https://www.belavista.ms.gov.br/diario-oficial/130686/24> - Segunda-feira, 19 de Janeiro de 2026 - Edição 2839

ANEXO V

RELAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES



**PREFEITURA DE BELA VISTA-MS.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

C.I nº 022/2026/SEMED

Bela Vista, 21 de janeiro de 2026

Ao Setor de Planejamento

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho a V.S.^a a lista contendo os nomes das unidades escolares que serão contempladas com retroprojetores, totalizando 18 dezoito escolas.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

1. **Centro de Educação Infantil Municipal Irmã Angellina;**
Rua: Marechal Candido Mariano, Bairro Antônio João
2. **Centro de Educação Infantil Municipal Prof.^a Zulmira Ossuna;**
Rua: Geraldo de Souza Rosa, Bairro Centro
3. **Centro de Educação Infantil Municipal Criança Feliz;**
Rua: Otávio Fontoura, Bairro Espírito Santo
4. **Centro de Educação Infantil Municipal Alexandrina Armoa Zacarias;**
Rua: Coronel Ponce, Bairro Primavera
5. **Centro de Educação Infantil Municipal Dona Zifa**
Rua: Das Orquídeas, Bairro Conjunto Erva Mate
6. **Centro de Educação Infantil Municipal Walter Escobar Nunes.**
Rua Rio Jordao, Vila Canaa - Agua Doce
7. **Escola Municipal de tempo integral são clemente**
Bairro São Clemente
8. **Escola Municipal de tempo integral pref. Clóvis Marcelino de Oliveira;**
Rua Cleto Vilalba, Bairro Serradinho.
9. **Escola Municipal Santa Marina;**
Rua Assentamento Neri Ramos Volpato
10. **Escola Municipal Sonete Leite Lino;**
Rua Alaide Correia da Silva, Bairro Primavera

Secretaria Municipal de Educação de Bela Vista-MS

Rua Barão do Ladário, 1117 – Centro – E-mail educacao@belavista.ms.gov.br – FONE (67) 3439-3607
CNPJ 03.217.916 / 0001-96 – CEP 79260-000 – Bela Vista - MS



**PREFEITURA DE BELA VISTA-MS.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

11. Escola Municipal Pedro Ajala;
Rua Panteleão Ramos, Bairro Água Doce
12. Escola Municipal Nossa Perpétuo Socorro;
Rua Deputado Mario Van Den Bosh, 630, Centro
13. Escola Municipal Prof.^a Clotilde Gonçalves de Castro Pinto;
Rua Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Bairro Espírito Santo
14. Escola Municipal São Geraldo;
Rua São Geraldo, Vila Igreja de Pedra
15. Escola Municipal Jarbas Passarinho;
Rua Simão Coelho, Bairro Antônio João
16. Escola Municipal Enir Monteiro Nunes Rondão;
Bairro Assentamento Caracol
17. Escola Municipal Indígena Piracuí;
Aldela Piracuí
18. Escola Municipal Tupi de Almeida Mello.
Assentamento Tupaciretan

Atenciosamente,

SHEYLA DE
SOUZA
CORDEIRO:91320
658172

Assinado de forma digital
por SHEYLA DE SOUZA
CORDEIRO:91320658172
Data: 2026.01.21
14:17:26 -03'00'

Prof^a. Sheyla de Souza Cordeiro
Secretária de Educação de Bela Vista

Secretaria Municipal de Educação de Bela Vista-MS

Rua Barão do Ladário, 1117 – Centro – E-mail educacao@belavista.ms.gov.br – FONE (67) 3439-3607
CNPJ 03.217.916 / 0001-96 – CEP 79260-000 – Bela Vista - MS



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

MINUTA TERMO DE CONTRATO n. XX/2026

(Pregão Eletrônico n.º XX/2026 - Processo Licitatório n.º XX/2026)

Código e-Sfinge:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
0XX/2026 QUE FAZEM ENTRE SI A
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA
VISTA/MS E A EMPRESA XXXXX

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA, Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Santo Afonso, n.660, Centro, na cidade de Bela Vista, Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 03.217.916/0001-96, neste ato representado pelo Senhor **GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA**, Termo de Posse 01/01/2025 de 01 de Janeiro de 2025, publicada no *Diário Oficial do município* de 02 de Janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº 6653, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXX, sediado na XXXXXXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXX**, (nome e função no contratado) conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. XX/2026, , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento: **Aquisição de Projetores para atender de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino de Bela Vista, conforme Termo de Convênio n. 000568 (Processo n. 29/042.143/2024), firmado com a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e o município de Bela Vista/MS.**

1.2 Itens da contratação:

Item	Especificação	Und	Quant	Marca	Valor Unit	Valor Total
01	PROJETOR: contendo 3.400 lumens, xga, hdmi. Bivolt, Branco. Tecnologia: 3LCD, Resolução: XGA nativa e performance 4:3.1. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 Projetor; 1 Cabo de Energia; 1 Cabo HDMI (1,8 m); 1 Controle	UND	18			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

	Remoto do Projetor; 2 Pilhas; 1 CD com Softwares; 1 Folha de Instalação Rápida.					
--	---	--	--	--	--	--

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 Termo de Convênio n. 000568/2024;
- 1.3.2 O Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- 1.3.3 O Edital da Licitação;
- 1.3.4 A Proposta do contratado;
- 1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) divulgação do contrato, na forma do artigo 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3 Sem prejuízo da prorrogação automática da vigência, a Administração avaliará a necessidade de formalização de termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, para fins de ajuste de datas, prazos ou cronogramas de execução, mesmo após alcançado o termo final originalmente fixado, em consonância com a Orientação Normativa AGU nº 92/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

3.1 Os modelos de gestão, assim como os prazos e condições de entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3.2 O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do(a) contados da assinatura do contrato, em remessa única.

3.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

- Rua Barão do Ladário, n.º 1117, Centro Bela Vista/MS, CEP 79260-000, no horário das 08:00h às 10:00h e das 13:00h às 16:00h, podendo ser ajustado mediante acordo prévio entre as partes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

3.4 O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (dias) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

3.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do bem e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

3.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.7 Considerando que a presente contratação se refere ao fornecimento de bens permanentes, e que todos os equipamentos já possuem garantia mínima de 12 (doze) meses fornecida pelo fabricante, não será exigida garantia contratual adicional.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de R\$ ~~XXXXXXXXXXXX~~

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

6.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice *IPCA* de correção monetária.

6.3 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

6.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.5 As demais disposições sobre os critérios de pagamento, encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/01/2025.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.3 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.4 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação o então em vigor.

7.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

7.6 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10 Quando for o caso, **responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.** Os pedidos de realinhamento deverão ser feitos por escrito e protocolado de forma física ou digital (educacao@belavista.ms.gov.br) e encaminhado ao Gestor de Contrato, que será designado em portaria específica. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/documento, que impeça a análise do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o prazo descrito no item 8.10 ficará sobrestado até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para análise reiniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante; O prazo de análise do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado em casos de análise complexas. O pedido de realinhamento não suspende nem prorroga os prazos de entregas dos pedidos feitos antes da análise de realinhamento, sendo que os valores realinhados só entrarão em vigor a partir da data de assinatura do termo aditivo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

8.11 Notificar os emitentes quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3 Comunicar ao contratante, no prazo de 10 dias, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do contratado, de acordo com o objeto; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- 9.10 Quando for o caso, paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.17 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) Atraso na entrega dos produtos;
 - c) Der causa à inexecução parcial do contrato ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado, que cause grave dano à administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - d) Der causa à inexecução total do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

- e) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- f) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- g) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "c", "d" e "e" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "f", "g" e "h" e "i" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "c", "d" e "e", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3 Multa:

11.4.1 Moratória de 1% ao dia por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, incluindo a alínea "b" do item 11.1, limitando-se ao máximo de 30% (trinta por cento);

11.4.2 O atraso de entrega superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4.3 Compensatória de 05% a 30% (cinco a trinta por cento) do valor do contrato.

11.1 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.1.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.1.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.1.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

11.1.8 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.2 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.5 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.8 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) Poderá a administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria Municipal de Educação
Ficha 272. 020701.12.361.0108.1005.0000.449052.99 Fonte: 500
Ficha 276. 020701.12.361.0108.1005.0000.449052.99 Fonte: 571

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro Comarca de Bela Vista Estado de Mato Grosso do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

Bela Vista/MS, xxxxxxxxxxxxxxxx

GERARDO GABRIEL NUNES BOCCIA
PREFEITO MUNICIPAL
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXX
Secretário(a) Municipal de Educação

XXXXXXXXXX
XXXXXXXXXX - Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- XXXXXXXXXXX – Matricula XXXXXX

2- XXXXXXXXXXX – Matricula XXX



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO Nº 0xx/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0xx/2026

Objeto: Aquisição de Projetores para atender de forma qualificada o fazer pedagógico dos educadores e todas as crianças matriculadas na Rede Municipal de Ensino de Bela Vista, conforme Termo de Convênio n. 000568 (Processo n. 29/042.143/2024), firmado com a Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e o município de Bela Vista/MS.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QUANT.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
					Total R\$	

Representante Legal para Assinatura do Contrato:

Nome:

Email:

Telefone:

Dados da Empresa:

Agência: Banco: Conta Corrente: E-mail:

I – Da validade da Proposta: _____

Declaro que examinei, conheço e me submeto a todas as condições expressas no Edital e seus anexos, bem como verifiquei todas as especificações contidas, não havendo quaisquer discrepâncias nas informações, nas condições de fornecimento e documentos que dele fazem parte.

Declaro que o preço ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Declaro ainda que, estou ciente de todas as condições que possam de qualquer forma influir nos custos diretos ou indiretos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral de seu objeto.

A proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS**

trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

_____ - _____ de _____ de 2026.

(representante legal da empresa) CNPJ da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(§2º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021)

[Nome da Sua Empresa], CNPJ nº [CNPJ da Sua Empresa], situado à [Endereço da Sua Empresa], por seu representante legal [ou procurador ou responsável credenciado] da empresa [Seu Nome], CPF nº [Seu CPF], doravante denominado "Proponente", para fins de participação no Pregão Eletrônico n.nº, promovido pela(o) [Nome do Órgão], declara que, conforme o §2º e 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, que dizem:

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

DECLARA, para fins de participação na presente licitação, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data e que seja dado o tratamento diferenciado concedido a essas empresas com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar n.º 123/2006, que a empresa se enquadra como:

- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme artigo 68 da Lei Complementar n.º 123 e alterações, de 14/12/2006 e resolução CGSN n.º 58, de 27 de abril de 2009;
- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e posteriores alterações
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e posteriores alterações

DECLARA ainda:

- Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

- Que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do §2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- Que tem ciência de que a prestação de informações inverídicas sujeitará a empresa, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária relativas à falsidade ideológica (art. 299 do código Penal) e ao crime a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Declaramos para os devidos fins de comprovação, que as respostas e informações acima são fidedignas, tendo ciência das penalidades descritas no artigo 299 do Código Penal.

Sem mais para o momento, firmo a presente declaração.

Dados e Locais: [Cidade], [Dados]

[Seu Nome] [Nome da Sua Empresa] CNPJ: [CNPJ da Sua Empresa]